

- Desemprego
- Preço dos alimentos
- Covid-19

É POSSÍVEL ENFRENTAR?

MEDIDAS EMERGENCIAIS

- Nenhuma demissão!
- Tabelamento dos preços de alimentos básicos!
- Teste em massa, dinheiro para o SUS!



Calendário 2021 de O Trabalho já está na praça!

Contribua com a campanha financeira da Corrente O Trabalho do PT adquirindo o seu exemplar do Calendário 2021 "Socialismo ou Barbárie" com nossos militantes.

Sobre o filme “Libelu – Abaixo a Ditadura”

Tendência estudantil jogou papel decisivo e teve impacto nacional

O filme de Diógenes Muniz estreou em 30 de setembro na Internet e em 4 de outubro foi premiado como melhor documentário nacional no 25º Festival “É Tudo Verdade”. Na sua apresentação, o diretor defendeu a Cinemateca Brasileira contra Bolsonaro.

Seu lançamento foi acompanhado por artigos na imprensa, em blogs e sites. Contrastando com textos simpáticos – como os de Gaspari (FSP), Merten (OESP) e Álvaro Caldas (Ultrajano) – outros exalaram hostilidade e preconceitos, não ao filme, mas à tendência estudantil que o motivou.

Até no “The Intercept”, que entrevistou o diretor, numa das perguntas feitas por Tatiana Dias ela solta: “O documentário mostra que, embora tivesse orientação trotskista, a Libelu era um movimento burguês, puxado por uma elite intelectual”. Diógenes saiu pela tangente, dizendo que a OSI – organização antecessora de OT – “fornece quadros políticos da maior importância na formação do PT”.

Não, o filme não mostra “um movimento burguês”, mas o movimento estudantil (ME) de meados dos anos 70 ao início dos 80 em luta contra a ditadura militar. A extração social dos milhares que passaram pela Liberdade e Luta em todo o país era a mesma dos que foram das outras duas maiores tendências estudantis à época, Refazendo (sob influência da AP, MR-8 e outros grupos) e Caminhando (PCdoB).

Reconstrução do ME leva às passeatas de 1977

Em 1975, a greve da ECA (Escola



de Comunicação e Arte da USP), contra a gestão autoritária do diretor Manuel Nunes Dias, que se transformou em greve geral da USP, além de abrir a via para a construção do DCE-Livre, selou a ação comum de duas tendências, cujas organizações clandestinas que as animavam estavam em processo de fusão: a Frente Estudantil Socialista (FES), ligada à Organização Comunista 1º de Maio (OC 1º Maio), e a Tendência Aliança Operário-Estudantil (Taoe), ligada à Organização Marxista Brasileira (OMB).

Assim, alguns meses antes da unificação da OMB com 1º de Maio, que dá origem à Organização Socialista Internacionalista (OSI), em meados de 1976 as duas tendências fundiram-se, criando a Liberdade e Luta (LL), de início como chapa para as primeiras eleições do DCE-USP.

A LL dedicou-se à reconstrução das



entidades – CAs, DCEs e UNE – por ela vistas como sindicatos estudantis. Seus dirigentes eram militantes da OSI, educados na crítica ao stalinismo – seja na versão “etapista”, seja na versão “foquista” – e na permanente busca de laços com o movimento dos trabalhadores. O filme destaca o cartaz “Nem todos os gatos são pardos”, como exemplo de criatividade, lembremos que ele trazia como palavra de ordem: “Liberdade para os sindicalistas presos”.

A LL estabeleceu relações com oposições sindicais – como a dos bancários (muitos eram jovens e vários se assumiam “libelus”) e metalúrgicos de São Paulo – e movimentos de professores (como o MUP). Dirigentes combativos, ligados ou não à OSI, eram trazidos ao campus para debates e vários militantes do ME foram “transferidos” para o movimento sindical (que foi o meu próprio caso em 1978). Um aspecto que o filme passa ao largo.

A vida militante era dura e perigosa. É um insulto reduzir os libelus a “festeiros”, “irresponsáveis” ou “liberalóides”, como fizeram alguns na mídia e nas redes. Eram rapazes e moças ao redor de 20 anos que também faziam música, teatro e festas, o que não impedia a sua militância.

O filme corresponde à visão de

um jovem diretor (35 anos), baseada na consulta de arquivos – inclusive o do nosso jornal – entrevistas e teses acadêmicas. Ele dá a palavra aos que militaram na LL, mas o resultado final parece valorizar mais os “costumes” do que a política.

Mas foi a política que destacou a LL: a luta pelas liberdades democráticas (outros se limitavam a agitar contra a política educacional do governo, a “PEG”), traduzida em 1977 no “Abaixo a Ditadura”. E isso sem ilusão em “poder jovem” ou ME substituto da luta de classes. Como vários destacaram em suas falas no filme, as greves operárias a partir de 1978 devolveram o ME ao seu devido lugar.

Foi a análise da situação mundial e no Brasil – no quadro da luta pela 4ª Internacional e transmitida pelos jovens trotskistas à LL – que explica a sua ousadia de propor passeatas e enfrentar a repressão. Todas as falas no filme revelam orgulho de ter contribuído para o fim da ditadura militar.

Mesmo os “vira casaca” não devem ter o seu passado apagado, são os stalinistas que falsificam a história. Palocci, ao ler o poema de Leminsky, acaba fazendo uma homenagem do vício à virtude: “sim, enquanto trotskistas não se corromperam”.

A escolha das pessoas e o tempo atribuído a cada uma delas no filme, poderiam ter sido melhor balanceados. Mas é um documentário do Diógenes Muniz, e não da corrente O Trabalho, e como tal merece ser visto.

Julio Turra

Formação JR do PT

“Black Lives Matter”, a luta dos negros nos EUA e no Brasil

A Juventude Revolução do PT realizou, em 03 de outubro, uma atividade nacional de formação com base no texto “O povo negro nos Estados Unidos” de Lybon Mabasa – militante negro sul-africano, fundador do SOPA (Partido Socialista da Azânia. Joelson de Souza, membro da secretaria de combate ao racismo do PT-PE, foi convidado para o debate.

Para Lybon Mabasa, os trabalhadores negros nos EUA deveriam ter uma organização própria, através da

qual poderiam resolver suas questões particulares antes de se juntarem à grande luta da classe operária, no Labour Party. Lybon escreve: “O movimento de libertação na África do Sul/ Azânia beneficiou-se muito da rica experiência da luta contra o racismo branco nos EUA. Entretanto, nem sempre foi plenamente compreendida a ligação simbiótica historicamente construída entre o racismo branco e a exploração capitalista.”

O debate gerou discussões entusiasmadas na formação da JR do PT.

Em maio deste ano, milhões saíram do isolamento e tomaram as ruas de cidades americanas no movimento “Black Lives Matter” (Vidas Negras Importam, em inglês), após o assassinato de George Floyd, negro sufocado pela polícia de Minneapolis. O movimento influenciou manifestações em outros países, incluindo o Brasil, onde a população negra também vive historicamente a exclusão econômica e social e onde há um aumento vertiginoso das mortes pelas mãos da polícia militarizada

nas favelas. A pandemia evidenciou a profunda desigualdade que vitima a população negra, por exemplo, em termos de condições de moradia e acesso à saúde.

Os militantes da Juventude Revolução do PT, inspirados por Lybon Mabasa, retornam aos núcleos com a tarefa de ajudar a organizar a luta, ombro a ombro com a classe trabalhadora, contra o racismo, a violência e o governo de Bolsonaro que ataca e sufoca a juventude negra!

Kris Mackleiny

É possível deter a regressão?

Cresce no Brasil o número de vítimas da Covid-19, hoje já são cinco milhões de contaminados e cerca de 150 mil mortos. Cresce o número de desempregados, o último dado do IBGE registrou 14,1% na segunda semana de setembro. Cresce o número de empregos destruídos (formais e informais), cerca de 15 milhões nos últimos meses. E nos empregos que permanecem aumenta a pressão dos patrões pela retirada de direitos. Os preços dos alimentos básicos na mesa da população, o arroz com feijão do dia a dia, segue nas alturas, cresce a insegurança alimentar para as famílias trabalhadoras. Aumenta de maneira assustadora o número de hectares atingidos pelo incêndio no Pantanal, já passa de três milhões.

Este é o quadro trágico, real e não virtual, que vive a maioria do povo brasileiro. Não por causas naturais, mas fruto de um sistema que apresenta este “não futuro”, um processo acelerado de destruição das forças produtivas, em todo o mundo e no Brasil. Aqui este processo engendrou o golpe e pariu Bolsonaro.

O desmantelamento dos serviços públicos através da reforma administrativa, em discussão no Congresso Nacional, a entrega da Petrobras às multinacionais, com a recente ajuda dada pelo Supremo Tribunal Federal, o fim do auxílio emergencial, sob alegação de que não tem dinheiro, enquanto enche

o bolso dos banqueiros, o aval à exploração de minérios em terras indígenas, isto é esse governo e com ele tudo tende a piorar! Até as missões do Fundo Monetário Internacional (FMI) voltaram ao Brasil para dar as ordens, “in loco”. “A implementação célere das reformas estruturais (...) é essencial (...), na ausência de evidências inequívocas da manutenção do teto de gastos, qualquer despesa adicional poderia minar a confiança do mercado.”, ditam os missionários do FMI.

UNIFICAR A LUTA AO REDOR DAS NECESSIDADES EMERGENCIAIS

A questão que se coloca: é possível deter esta escalada regressiva, “célere”, como manda o FMI?

A resposta não está dada de antemão. Os trabalhadores, a principal força produtiva, vão resistir, como resistem, como na recente greve dos Correios, até por uma questão de sobrevivência. A classe trabalhadora não tem outra opção. Mas esta resistência precisa se encontrar, se somar, para dar a confiança que

permita construir a força capaz de deter esta escalada.

Para enfrentar a ferocidade destruidora do capital, os trabalhadores construíram suas organizações, em particular, o PT e a CUT e nelas deveriam poder se apoiar. Para isso as construíram! Em primeiro lugar: é preciso sair do casulo do mundo virtual e voltar às ruas, com todos os cuidados necessários. É nas ruas que estão, inclusive sem as proteções necessárias por omissão do governo e dos patrões, os trabalhadores que ainda têm empregos, os que procuram emprego, os que se viram com bicos, e os que protestam. Dialogar e organizá-los, unificá-los, ao redor de suas necessidades imediatas que são emergenciais. Por exemplo, lutar contra as demissões, pelo tabelamento de preços dos alimentos de primeira necessidade, pela exigência de testagem em massa da Covid-19 para pôr um freio na contaminação e por mais serviços públicos, dos quais depende a maioria do povo trabalhador.

São questões concretas que se colocam na luta direta da classe. No terreno eleitoral elas devem se expressar nas candidaturas do PT, este é um compromisso que os candidatos do Diálogo e Ação Petista assumem, para ajudar a construir a resposta para deter a escalada regressiva que contamina o país, o quanto antes melhor.

OS NOSSOS

Terezinha, presente!

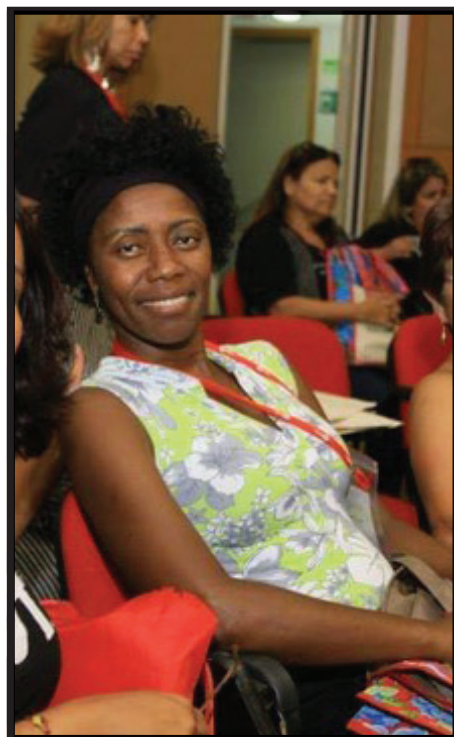
Faleceu no dia 29 de setembro, em Brasília, aos 52 anos, a professora Terezinha Amaro dos Santos, vítima de câncer.

Durante muitos anos, Terezinha foi delegada sindical da base do Sindicato dos Professores do DF e militante petista da Corrente O Trabalho do PT - Seção Brasileira da 4ª Internacional.

Sempre alegre e disposta à luta, a principal característica da militante Terezinha era o destemor para enfrentar a injustiça, a repressão, as perseguições, a discriminação. E como mulher trabalhadora negra ela teve que fazê-lo muitas vezes, como na greve de 1998, quando foi arbitrariamente presa durante um piquete em Ceilândia.

Já lutando contra a doença, Terezinha participou ativamente da greve de 2017 contra a reforma da previdência de Temer e exigindo o cumprimento de acordos pelo governo do DF.

Mesmo depois que a doença obrigou-a a se aposentar, Terezinha continuou, na medida de suas forças, contribuindo com as lutas da sua classe, em defesa dos direitos e da democracia, pelo pleno restabelecimento dos direitos políticos para Lula.



Os camaradas do DF presentes ao seu sepultamento testemunharam o carinho com que companheiros e companheiras de trabalho, amigos e colegas da juventude, deram o último adeus a Terezinha.

A Corrente O Trabalho saúda a memória de nossa camarada e transmite uma saudação fraternal a seu companheiro Valtenor, às suas irmãs e demais familiares.

Terezinha, presente!

Memória

PT APRESENTA EMENDA POR CONSTITUINTE SOBERANA

Uma ampla campanha se desenvolve contra a Emenda Sarney, que prevê a realização de trabalhos constitucionais pelo Congresso a ser eleito em 1986. O Partido dos Trabalhadores apresentou ao Congresso a Emenda Djalma Bom, por uma Constituinte Soberana, que representa a vontade da maioria da população de impor uma Constituinte cuja soberania possa se expressar no rompimento com a dominação imperialista sobre o país, na realização de uma reforma agrária sob controle dos trabalhadores e dos camponeses pobres, na garantia de plenos direitos democráticos. Estas emendas, em princípio, deveriam começar a ser votadas no Congresso Nacional ainda neste mês de outubro.

O Trabalho nº 248 – 10/10/1985



Quem somos

O jornal O TRABALHO é o órgão da Corrente O Trabalho do PT, seção brasileira da 4ª Internacional. Sua edição nº 0 foi lançada em 1º de maio de 1978, em plena ditadura militar. Um jornal a serviço da luta dos trabalhadores, no Brasil e no mundo, ele se mantém fiel desde então à luta pelo fim do capitalismo, pela emancipação dos trabalhadores que será obra dos próprios trabalhadores. Em toda sua história, manteve o compromisso assumido em 1º de maio de 1978: “um jornal independente dos patrões, de seus partidos e governo”. É por isso que ele se sustenta, exclusivamente, pela venda junto aos trabalhadores e jovens, os nossos leitores. Ele é vendido de mão em mão ou por assinaturas e toda arrecadação é para manter o próprio jornal.

Site: www.otrabalho.org.br

Facebook: www.facebook.com/jornalotrabalho

Diagramação: Paulo Henrique Barbosa Mateus

Sete medidas da hora!

O Trabalho discute como ajudar o povo trabalhador a virar o jogo

O jornal O Trabalho, na edição anterior, 875, apresentou sete medidas de emergência para a crise social e sanitária. Plenárias da corrente O Trabalho do PT estão discutindo e precisando as propostas que são submetidas à discussão no Diálogo e Ação Petista e com outros companheiros do PT, dos sindicatos, da juventude e dos movimentos sociais.

Publicamos agora, uma versão enriquecida, mas necessariamente focada e curta, para ser acessível à massa trabalhadora ler, debater e opinar.

Já explicamos em OT 875, que a hora não é para planos de 220 páginas destinadas a debates acadêmicos ou à reflexão esperando 2022, embora, em nossa opinião, se possa achar no longo Plano de Reconstrução do PT algumas propostas úteis (e outras discutíveis ou erradas). Ver ao lado box “A questão do Plano.”

Forma e conteúdo! Nosso objetivo com essas medidas – alavancar a luta pelo Fim do governo Bolsonaro a partir das lutas concretas – está retomado e explicado na conclusão mais abaixo.

MEDIDAS DE EMERGÊNCIA

1 Tabelamento dos preços dos alimentos da cesta básica – arroz, feijão, óleo de soja, ovos e carne – voltando o apoio aos pequenos agricultores e com estoques reguladores;

2 Saúde, Testagem eficiente em massa, Verbas para o SUS, Fim das Organizações Sociais; Revogação do teto de gastos;

3 Emprego, Nenhuma Demissão, cinco milhões de vagas em Obras

públicas; Aumento real do salário mínimo – Abono extra devido aos anos sem aumento;

4 Auxílio emergencial de R\$ 600 enquanto durar a pandemia; novo “Mais Bolsa Família”, pelo menos R\$ 600 por pessoa;

5 Educação, condições seguras (testagem e outras) para volta às aulas; Bolsas estudantis; Merenda desde a educação básica; Respeito da autonomia das universidades;

6 Orçamentos, suspensão da dívida dos municípios, tributação emergencial sobre os mais ricos para expandir os serviços públicos em todas as cidades; criação de programas de aluguel social;

7 Democracia, fim dos privilégios de carreira da cúpula militar; Anulação de todas medidas obscurantistas contra a Arte e a Cultura; Direitos políticos para Lula – Anula STF! Revogação da Lei de Segurança Nacional (1983)

Estas devem ser algumas das medidas de emergência do PT para unir a oposição popular, sindical e democrática. Aí se inclui o combate aos ataques da coalizão golpista, salvar a Petrobras, a Caixa e os Correios da privatização, e o Não à Reforma Administrativa.

As medidas de emergência são exigências para alavancar o combate pelo Fim do governo Bolsonaro - o quanto antes melhor!

Vamos à luta, agora, já, com um olho no Voto nos candidatos do PT nestas eleições municipais, e outro olho no futuro da reconstrução do país!

Markus Sokol



ALIANÇAS X ISOLAMENTO?

É uma falsa questão.

A grande mídia põe a isca e saem dirigentes do PT “intimidados” a gastar discurso para provar que o PT tem alianças eleitorais com o PDT, PSB, PCdoB e PSOL em dezenas municípios.

Meia-verdade também é meia-mentira!

No caso, porque os dirigentes não contam as centenas de alianças com a direita (“centrão” - MDB, PP, PSD, SDD etc.), porque não acabam com as várias alianças com a extrema-direita (PSL, PSC, Republicanos etc.)?

A verdade é que as alianças possíveis e necessárias são aquelas propostas no 7º Congresso do PT, com o PCdoB, PSOL, e os setores populares do PSB, do PDT e outros. Logicamente, foram os únicos setores políticos que vieram debater o Plano do PT com Lula.

Voltaremos ao tema quando o balanço dos registros eleitorais no TSE for divulgado.

E, desde já, é voto PT, 13 na cabeça!

A QUESTÃO DO PLANO

Na edição 875, registramos “a oportunidade, nesta conjuntura, de um plano de medidas de caráter emergencial para alavancar a luta contra o governo Bolsonaro. Mas predominou a proposta de um largo texto de mais de 220 páginas preparado pela FPA – com partes analíticas, partes emergenciais e partes de plano de governo detalhadas – texto que pouca gente leu, mesmo no DN onde havia centenas de emendas.

Agora, se procurar bem no oceano propositivo do Plano, se encontrará propostas importantes como a Revogação da Reforma Trabalhista, do Teto de Gastos, a revisão da privatização da Embraer, por exemplo, e, inclusive, uma reforma radical do Estado através de uma Constituinte Soberana (está pendente a recuperação da redação do 7º Congresso do PT que previa “inclusive uma reforma militar”).

Mas tudo isso precisa procurar nas 220 páginas, onde também se acha a defesa de concessões privadas, Parcerias Público-Privadas etc. e outras coisas na contramão da tradição petista. Mas há um problema maior de foco ou, dito de outro modo, qual a função de um Plano hoje? (...) estamos na boca das eleições municipais, as quais nem são citadas no Plano! (...).

A crise em João Pessoa

Ameaça de esgarçamento do partido poderia ter sido evitada

O PT de João Pessoa (PB) passa por uma crise cuja responsabilidade cabe, em primeiro lugar, à direção nacional.

Recapitulando. O DM-JP, por orientação da presidência e do responsável pelo GTE construiu uma candidatura própria do PT à prefeitura. Por unanimidade foi definido nome de Anísio Maia, com o PCdoB de vice. Em 15 de setembro em reunião do DN-PT foi colocada a discussão da necessidade de buscar um acordo com o PSB que, naquele momento, apresentava o nome de uma deputada estadual como candidata à prefeitura. A discussão

construiu um acordo: propor ao PT-JP buscar construir uma aliança com o PSB oferecendo a vice. No próprio dia 15 houve uma reunião das Executivas Nacional e Municipal e a proposta foi acatada. No dia seguinte houve uma reviravolta. Ricardo Coutinho (ex-governador da PB) apresentou-se, a poucas horas da instalação da convenção do PT local, como candidato do PSB a prefeito. A maioria do DN-PT (votação por zap) decidiu que o PT deveria retirar a candidatura e apoiar Coutinho. A convenção do PT-JP reafirmou a candidatura própria.

É fato que Ricardo Coutinho

representa os setores populares, no caso do PSB, mencionados na resolução de aliança do 7º Congresso. No governo, foi contra o impeachment de Dilma, defendeu Lula indo visitá-lo na cadeia. Na perseguição judicial (Operação Calvário) que é vítima, Coutinho conta com o apoio do PT. Apoiá-lo como candidato a prefeito era admissível. Mas não como foi feito. Na undécima hora e depois da construção feita, por orientação da nacional, da candidatura própria!

O atropelo abriu a crise.

A Executiva Municipal de João Pessoa, erradamente decidiu judicializar

o caso e a Justiça Eleitoral decidiu pela habilitação da candidatura do PT. Agora está posto para o DN-PT discutir a intervenção no PT-JP, proposta pela maioria da Executiva, com a abstenção do Diálogo e Ação Petista.

Como diz Fernando Cunha, do DAP local e dirigente do PT, que foi voto solitário na Executiva Municipal contra levar o caso à Justiça: “o estrago está feito. Foi errado judicializar, mas o atropelo da nacional é que abriu a crise”.

Correspondente

"O QUE ESTÁ EM JOGO É A DEFESA DO PT"

Jilmar Tatto, candidato do PT a prefeito de São Paulo, em reunião do Comitê Nacional do DAP



Jilmar, candidato do PT, na reunião do DAP

com muitos pontos eu concordei, em outros tivemos de fazer mediações. Mas fechamos com o essencial: a defesa do papel do estado, dos serviços públicos, contra as privatizações e terceirizações, denunciando o desmonte levado a cabo não só por Bolsonaro, mas também

por Dória e Covas". Ao longo de sua intervenção, Jilmar destacou o que está em jogo nas eleições e sua disposição de enfrentar a parada. Abaixo trechos de sua fala.

"O objetivo deles é isolar o PT"

"O bombardeio que minha candidatura sofreu e está sofrendo tem um alvo: o PT, que precisa ser isolado. Agora sou eu, mas poderia ser o Padilha, o Zaratini, qualquer nome do PT. Infelizmente, muitos companheiros não perceberam e continuam não percebendo isso. Mas esse balanço a gente faz depois das eleições.

Eu sei o que está em jogo nessas eleições: é a defesa do PT, a defesa de Lula, dos direitos os trabalhadores e trabalhadoras, dos serviços públicos. Esta foi sempre a trajetória do PT. Quero lembrar aqui o papel do Luiz Eduardo na histórica campanha de 1988, quando pela primeira vez vencemos em São Paulo. Depois,

ganhamos com Marta e com Haddad, que também começou de baixo.

"Nas ruas, todos os dias"

É hora de ir para as ruas. Fizemos o lançamento da minha candidatura na laje. Depois, tivemos uma carreata. Estou todos os dias na rua. E acredito firmemente que estaremos no 2º turno, porque a direita está dividida. Bolsonaro tem um candidato, que é Russomano, Dória apoia a Joice. Nós cresceremos com Lula, defendendo o legado dos governos do PT, defendendo o fortalecimento do SUS, denunciando as terceirizações na saúde, na educação, na assistência social, defendendo a renda básica da cidadania, a ampliação dos direitos para os desempregados, a diminuição da tarifa do transporte.

Temos de falar para os mais pobres, para a periferia. Temos de criar empregos, construir moradias. Eu sei muito bem que nem tudo depende de nós, na prefeitura, que muita coisa é da competência do governo federal. Podemos construir 50 mil casas, mas São Paulo necessita de 400 mil. Empregos, a mesma coisa. Assim também com os investimentos nos serviços públicos. Por isso, a campanha vai ser nacionalizada. Temos de tratar dos problemas locais sem perder de vista a situação nacional, a política deste governo Bolsonaro.

"Não dá para aceitar uma frente sem direitos"

O PT nasceu falando de direitos, de

salários, dos legítimos interesses dos trabalhadores. Por isso, não dá para aceitar uma frente que não comporte essas reivindicações.

Bolsonaro e Dória não estão bem em São Paulo. A redução do auxílio emergencial certamente vai prejudicar a imagem do governo federal. Nosso povo, nossos candidatos a vereador, estão todos muito animados. Lula está empenhado, nossa presidenta Gleisi está muito envolvida. Está sendo muito bom ir às ruas. A gente ouve "Volta Lula, volta PT". Às vezes também escuta uns xingamentos, mas isso é normal. Vamos pra cima, até a vitória.

Aqueles que ainda estão 'avaliando', vamos deixar para fazer esse debate depois das eleições.

Muito obrigado, companheiros e companheiras!"

PLENÁRIA NACIONAL

A reunião do Comitê Nacional do DAP aprovou a proposta de realização de uma nova Plenária Nacional, para aprofundar a discussão da conjuntura nacional e homogeneizar a intervenção dos militantes do DAP, particularmente os candidatos, na campanha eleitoral, que será de muita luta.

As coordenações estaduais do DAP devem fazer um esforço de convocação de todos os candidatos do grupamento (proporcionais e majoritários) do agrupamento.

A Plenária, virtual, será no dia 12 de outubro, segunda-feira (feriado) às 18 horas.

DAP-RJ CONTRA A INTOLERÂNCIA E O RACISMO



No dia 29 de setembro, o Diálogo e Ação Petista e a Comissão Negra do PT da 11ª Zonal fizeram um ato político contra a intolerância religiosa, contra o racismo e em defesa da cultura negra, no Monumento ao Preto Velho, em Inhoaíba, bairro operário da zona Oeste do Rio de Janeiro. O ato foi organizado em solidariedade ao terreiro da Yalorisa Luiza, que sofreu um ataque. Participaram representantes de vários terreiros da região. O som do toque dos atabaques deu todo o conteúdo à atividade. O ato foi dirigido pelo companheiro do DAP Júlio Ribeiro. Integrantes do DAP também sublinharam a necessidade de cobrar dos governos a testagem em massa, a extensão do auxílio de 600 reais e o tabelamento dos itens da cesta básica. Yalorisa Luiza destacou: "Difícil é a caminhada, mas lá no fim vamos ter a vitória". A defesa da cultura e das religiões da população negra se alia à luta pelo fim desse governo, por empregos e comida na mesa, por uma saída para a grave situação que estamos vivendo.

Correspondente

ALAGOAS: PERSISTIR NO ERRO?

Com a privatização da Casal, o que o PT ainda faz no governo de Renan Filho?



O governador Renan Filho, com o apoio da Assembleia Legislativa e do Judiciário, privatizou a companhia de abastecimento de água e saneamento de Alagoas (a Casal). Um dia antes, uma manifestação organizada pelo Sindicato dos Urbanitários de Alagoas denunciava a privatização, que vai provocar falta de água nos bairros em plena pandemia, além das demissões. Militantes petistas indignados com mais este ataque aos interesses do povo questionam: o que o PT ainda faz no governo Renan Filho?

CONTRIBUA COM O DAP

PARA MANTERMOS NOSSA INDEPENDÊNCIA POLÍTICA, PRECISAMOS DE INDEPENDÊNCIA FINANCEIRA. É POR ISSO QUE PEDIMOS UMA CONTRIBUIÇÃO AOS MILITANTES E GRUPOS DE BASE ("UM CAFEZINHO POR MÊS")

WWW.PETISTA.ORG.BR/DOE



Para manter sua independência política, o DAP pede a colaboração dos militantes e grupos de base ("um cafezinho por mês"). A nova conta nacional é:

CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
Agência: 0454 | Operação: 013
Conta Poupança: 00013198-0
Em nome de: Paulo Fernando Alves de Farias (CPF: 469.415.410-91)

É hora do Não à Reforma Administrativa

Proposta do governo ataca direitos e desmonta serviços públicos

O Dia Nacional de Luta de 30 de setembro, contra a Proposta de Emenda Constitucional da reforma administrativa do governo Bolsonaro (PEC 032) registrou 29 atos presenciais e quatro virtuais em todo o país. Nos atos de rua a participação foi de 60/70 pessoas em média, com uma carreata em Cuiabá (MT) com 300 veículos.

Essa luta apenas começa e serão necessárias ações muito mais fortes para derrotar essa “reforma” que ataca brutalmente os direitos dos servidores federais, estaduais e municipais (atuais e futuros) e pretende sucatear e desmontar os serviços públicos que são do interesse de todo o povo trabalhador.

Além de forjar a unidade de todos os servidores, é preciso dialogar e ganhar os setores da população que dependem dos serviços públicos para a luta contra a reforma que une o ministro Paulo Guedes e o presidente da Câmara, Rodrigo Maia, na linha do “estado mínimo”.



São Paulo, 30 de setembro: Diálogo e Ação Petista no ato na Praça Patriarca

O conjunto do movimento sindical, em particular a CUT, deve engajar suas forças na luta pelo Não à reforma administrativa, agindo em defesa própria, pois são os trabalhadores de suas bases que precisam de mais e melhores serviços públicos, como a própria pandemia demonstrou.

Obstáculos a superar

Não será na “bolha” virtual das redes sociais que derrotaremos essa reforma nefasta. Isso seria uma ilusão mortal, ainda mais depois de seis meses de confinamento “meia boca”

(nunca atingiu metade da população), com o grosso da classe trabalhadora no batente e o povo nas ruas.

Uma ideologia do “fique em casa” pode ser confortável para dirigentes sindicais, mas não serve para – com todos os cuidados que a situação ainda exige (máscara, distanciamento, gel) – intensificar o

diálogo e a mobilização dos servidores, usuários e trabalhadores do setor privado pelo Não à reforma.

Para tanto o papel das direções sindicais é central. Sindicatos fechados e reuniões virtuais não vão impedir a reforma. Nenhuma campanha de mídia, que ajuda, substitui a mobilização dos servidores e trabalhadores em geral em defesa do direito do cidadão e dever do Estado que são os serviços públicos.

Quanto aos setores do funcionalismo que estão em tele-trabalho – e os governos se dão conta que economizam gastos deixando o

servidor em casa e que a “produtividade aumenta” – é hora de exigir as condições para o retorno aos órgãos públicos (testagem em massa, EPIs, segurança sanitária nos locais de trabalho, transporte seguro etc), para que eles possam sair do isolamento individual e juntar-se numa luta coletiva.

Temos diante de nós uma nova data de mobilização nacional contra a PEC 032 da reforma administrativa em 28 de outubro, Dia do Servidor Público, uma oportunidade de dar um passo adiante nessa luta crucial.

É hora também de cobrar dos candidatos a prefeitos e vereadores nestas eleições municipais, o compromisso com mais e melhores serviços públicos e contra a reforma que propõe menos! O PT, como principal partido de oposição a Bolsonaro, não pode deixar de participar da luta contra mais esse ataque de seu governo aos serviços públicos e aos servidores.

João B. Gomes

Eleições no Andes-SN de 3 a 6 de novembro

Chapa 2 do Renova Andes é relançada com apoios amplos

Entre 28 e 30 de setembro, o 9º Conad (conselho de ADs) extraordinário do Andes-Sindicato Nacional marcou as eleições para a sua direção entre 3 a 6 de novembro, de forma telepresencial (o filiado entra numa sala virtual, se identifica com documentos e obtém um link para votar).

O Conad começou com a recusa da direção atual do Andes-SN de remanejar os horários para permitir a participação dos docentes presentes na reunião virtual nos atos de 30 de setembro contra a reforma administrativa (ver nesta página). Virar as costas às lutas concretas já se tornou um vício dessa direção.

No debate, a direção atual (que apoia a Chapa 1), alegando ser contra o trabalho remoto, recusou proposta do Renova Andes (Chapa 2) de se exigir o respeito aos direitos dos docentes no contexto do ensino remoto, que vigora na quase totalidade das universidades públicas neste momento.

Numa situação em que o corte de 1,57 bilhão no orçamento do Ministério da Educação ameaça levar à paralisação das atividades de 29 institutos federais, este assunto foi ignorado pela direção que estava mais preocupada em montar a votação “telepresencial”, que vai dificultar a participação da massa da categoria

no pleito (precisa de câmera e app de teleconferência).

O balanço do Conad feito pelo Renova Andes, que aumentou seu número de delegados em relação ao Conad anterior, pode ser lido no site renovaandes.org.

Chapa do Renova é relançada

Em 7 de outubro, o relançamento da chapa 2 num ato virtual reuniu apoios amplos e importantes, como o do MST, da CUT, setores da UNE, Sinasefe, CNTE, associações científicas e educacionais. Agora é intensificar o diálogo com os docentes sobre a necessidade de retomar o caráter sindical do Andes-SN como



ferramenta de luta de toda a categoria, e não um clube fechado de discussões entre “iluminados”.

Todo apoio à Chapa 2 nas eleições de 3, 4 e 5 de novembro!

Eudes Baima

STF abre porteira para privatizar a Petrobras

Por 4 votos contra 3, o Supremo Tribunal Federal (STF) manteve a privatização das refinarias da Petrobras sem autorização do Congresso Nacional. O julgamento, no dia 1º de outubro, avaliza a brecha que o próprio STF abriu em 2019 ao autorizar a privatização de subsidiárias. Desde o início do ano a direção da Petrobras cria artificialmente subsidiárias fatiando o seu patrimônio, para vendê-las. Agora o STF avaliza o trambique.



Rio de Janeiro, 3 de outubro: manifestantes se dirigiram dos Arcos da Lapa à sede da Petrobras

Em 3 de outubro, por ocasião do aniversário da criação da Petrobras, a Federação Única dos Petroleiros

(FUP-CUT) realizou atos em várias cidades do país para denunciar o desmonte da estatal. No Rio a manifestação ocorreu nos Arcos da Lapa e se dirigiu à sede da Petrobras. Em Salvador, o ato foi no bairro Lobato (onde o primeiro poço de petróleo foi perfurado no Brasil). Lula participou virtualmente de um dos atos e afirmou que a soberania nacional está ameaçada com Bolsonaro que vive “lambendo as botas do governo americano”. Também houve atos em

Manaus, Belo Horizonte, Fortaleza, Curitiba e outras cidades.

O desmonte da Petrobras afeta diretamente o emprego de milhares de trabalhadores. O Dieese calcula que, entre 2013 e 2019, a Petrobras reduziu em 32,7% o número de trabalhadores próprios. Além deles, perderam o emprego outros 273.150 trabalhadores terceirizados no mesmo período.

Cristiano Junta

Em Joinville vitória dos servidores municipais

Posição firme do sindicato e luta da categoria dão resultados

Os servidores municipais de Joinville (SC), depois de muita luta, paralisações e greve, obrigaram a Câmara de vereadores a arquivar em 23 de setembro o aumento da alíquota do Ipreville (Instituto de previdência) de 11% para 14% proposta pelo prefeito Udo Döhler (MDB) – seguindo o que fazem governadores e prefeitos em todo o país desde a aprovação da “reforma” da Previdência de Bolsonaro – e ainda arrancaram reajuste salarial.

O Sinsej (sindicato da categoria) foi firme na pressão diária diante da Câmara, mesmo em meio a pandemia. É uma vitória e tanto e uma demonstração de que a luta vale a pena, impondo uma derrota ao prefeito.

Começou bem a primavera!

Na campanha salarial, mesmo na vigência da EC 95 (teto de gastos) e da Lei complementar 173 (que

congela salários e dificulta acesso a benefícios dos servidores), a categoria conquistou reajuste conforme o INPC a partir de novembro (retroativo a maio), reajuste no vale alimentação (idem), abono de faltas por presença em assembleias, reposição dos dias parados, pagamento de indenização referente à licença-prêmio até 28 de maio, que havia sido suspenso pelo prefeito apoiando-se na lei federal 173.

Jane Becker, que preside o Sinsej, disse a nosso jornal: “A vitória seria completa com o atendimento de toda a nossa pauta. Mas é claro que a conquista foi grande, obtida com muito suor, mobilização e organização junto ao sindicato”.

Também em Itaporã, que faz parte da base do Sinsej, em 5 de outubro foi barrado o aumento da alíquota do servidor para a previdência municipal. Isso, depois do sindicato ter visitado os locais de trabalho e

mobilizado a categoria para pressionar a Câmara, que votou por unanimidade contra o projeto do prefeito Marlon Neuber (PR). A luta pelo reajuste salarial continua.

Essas vitórias dos servidores

municipais e do Sinsej darão combustível para a luta contra a PEC da reforma administrativa do governo Bolsonaro.

Juçara Rosa



Em Florianópolis, os trabalhadores da Comcap (limpeza pública), representados pelo Sintrasem, garantiram com sua luta o cumprimento integral do acordo coletivo, contra as pretensões do prefeito Gean Loureiro que queria retirar direitos nele assegurados (foto da assembleia em 29/09)



Em 24/09, a CONTAC, CNTA e UITA realizaram manifestação diante da Bolsa Valores de São Paulo cobrando da JBS que faça testes em massa periodicamente nos trabalhadores, afaste os infectados, distribua EPIs adequados e implante protocolos de proteção à saúde contra a Covid-19

Dass tira o couro do trabalhador na Bahia

Fábrica de calçados em Vitória da Conquista assedia por mais produção

O Sindicato dos trabalhadores de calçados da Bahia (Sintracal) denunciou que a cesta básica fornecida pelo Grupo Dass aos seus trabalhadores em Vitória da Conquista está diminuindo.

O boletim do sindicato explica que, por ter um valor fixo em reais, quando aumenta o preço do arroz, por exemplo, os itens da cesta são reduzidos ou substituídos, atribuindo ao governo Bolsonaro a falta de medidas para o controle de preços.

Na mesma fábrica, os trabalhadores

denunciaram ao Sintracal que muitos só estão recebendo 30% do salário, pois a parte a ser complementada pelo governo na forma de auxílio, não está sendo paga. A Dass diz que o problema é de órgãos do governo, enquanto isso, diz o boletim do Sintracal, “a produção da fábrica está a todo o vapor e as pressões se ampliam sobre os funcionários”.

A voz do chão da fábrica

Uma operária, em mensagem de áudio que recebemos, mostra como a Dass está tirando o couro dos seus

empregados.

“Tem muita pressão psicológica pra gente fazer hora-extra, estamos trabalhando o dobro, trabalho de dois é feito por um. Quando não tira a produção, é cara feia e nem bom dia eles dão. Eu fui afastada nove dias – quando o correto seria 15 – por Covid, numa irresponsabilidade dos médicos dentro da fábrica. Muita gente pegou, mas a fábrica não faz testes, comigo não fizeram. Para eles se a pessoa está ativa, está bom, se não, que se vire, numa total falta de respeito. No começo eles mediam a

temperatura e tinha álcool gel em todos os cantos da fábrica. Agora arrancou tudo e é só pressão por produção para mandar para o Japão”

Essa situação na unidade de calçados da Dass no interior da Bahia não é uma exceção. Os capitalistas tiram seu lucro da exploração dos trabalhadores e ainda querem aumentá-lo reduzindo produtos da cesta básica e desprezando a proteção ao contágio. É hora de resistir a essa super-exploração com a luta coletiva.

Correspondente

Montadoras planejam demitir em massa

Os PDV não bastarão e vai vir facão no setor automotivo

Na edição anterior (OT 875), discutimos o acordo da Volks (quatro unidades) com os sindicatos metalúrgicos e as declarações de dirigentes do ABC que ele seria “uma referência para o movimento sindical”.

Em 3 de outubro, o “Estadão” publicou o artigo “Nas montadoras, crise traz de volta o risco de novos cortes”, onde se diz que: “Com base em dados das empresas e dos sindicatos de trabalhadores, os programas de demissão voluntária (PDV) abertos nas últimas semanas têm como meta atrair mais ou menos esse número de adesões (7 mil

trabalhadores que estão com contratos suspensos). Não significa, porém, que as empresas vão conseguir e a opção será demitir ou adotar novas medidas de flexibilização.”

Após dizer que a produção de veículos caiu 44,8% até agosto em relação a 2019, o artigo indica que houve redução de quatro mil postos de trabalho no mesmo período, chamando a atenção para o fato que: “Demissão nas montadoras significa redução de quadro também nas fábricas de componentes. Fontes do setor calculam que 15 mil cortes já ocorreram nas autopeças. No segmento, formado em sua maioria por

pequenas empresas, não há programas de voluntariado como aqueles feitos por montadoras, com ofertas atrativas.”

Nenhuma demissão ou mais flexibilização?

A questão colocada é como resistir aos cortes anunciados. A pandemia seria o vilão da história e não há nada a fazer?

Em outubro de 2019 o relatório anual do FMI dizia que “a indústria automotiva também está se contraindo”. O que é confirmado pelo consultor Paulo Cardamone no mesmo artigo citado acima, quando

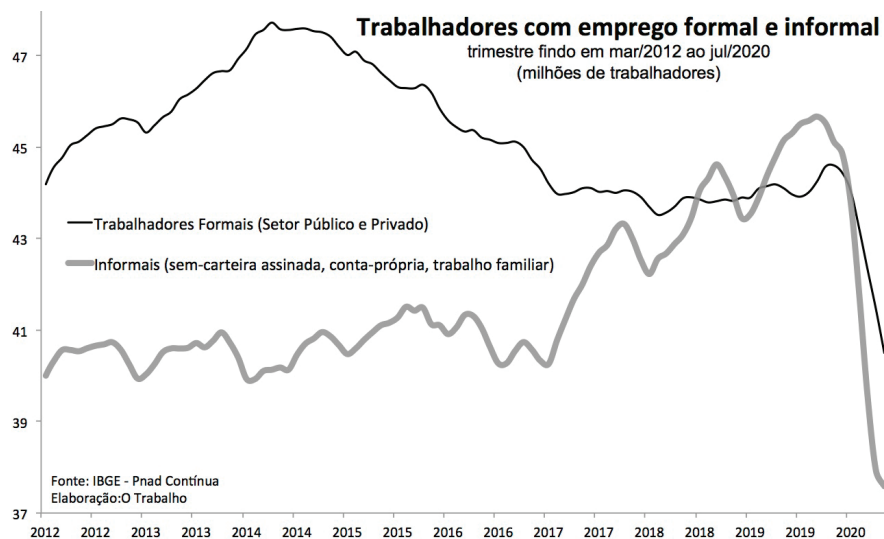
diz: “cortes iriam ocorrer de qualquer forma em razão da melhora da produtividade com a adoção de conceitos da chamada indústria 4.0 (...). A pandemia acelerou e, talvez, intensificou o processo.”

O que fazer? Negociar mais flexibilização para os que não aderem aos PDV, ou ir à luta por nenhuma demissão, unindo os operários das montadoras com os das auto-peças numa mobilização nacional que defenda os atuais empregos e que teria, sem dúvida, o apoio de toda a classe trabalhadora? Estamos pela segunda alternativa.

Lauro Fagundes

Corte no auxílio jogará milhões na miséria

10 milhões de empregos formais e 5 milhões de informais foram destruídos



A crise econômica destruiu dezenas de milhões de postos de trabalho. A pobreza, que aumentou nos anos após o golpe, aprofundou-se e é vista a olho nu nas grandes cidades. Um fôlego dado pelo Auxílio Emergencial foi cortado pela metade, e termina em dezembro.

A prévia da taxa de desocupação, medida pela pesquisa do IBGE (PNAD-Covid19), atingiu 14,1% na semana de 6 a 12 de setembro. Ela subiu dos 13,1% em junho devido ao aumento de pessoas que, após meses desalentadas, retornam ao mercado de trabalho à procura de emprego. O gráfico acima mostra que o número de trabalhadores formais, que já havia caído desde o golpe, fora ultrapassado pelos informais entre 2018-20. Mas a atual crise destruiu cerca de 10 milhões de empregos informais e

quase 5 milhões de formais em poucos meses neste ano.

O IBGE também mostra que, do total de famílias (domicílios), aquelas "sem renda" ou com renda apenas de trabalho "muito baixa" (até R\$1643) saltaram de 41,4% no final do ano passado para 61% em maio último, e agora 58% em agosto. Essas famílias sobreviveram nos últimos cinco meses graças ao Auxílio Emergencial de R\$ 600,00 aprovado no Congresso pelo PT e demais partidos de oposição a Bolsonaro. Junto com o Bolsa Família, o Auxílio ajudou a recuperar uma parte da renda dos domicílios mais pobres.

Foram os domicílios com renda mais baixa que mais perderam com a pandemia. Devido aos cortes salariais e ao desemprego na família, o rendimento médio em agosto seria

15% menor do que o rendimento habitual (sem cortes); mas o Auxílio permitiu à renda média efetiva superar 20% a renda habitual. Esse efeito será praticamente anulado com Bolsonaro cortando agora o Auxílio (e dificultando seu acesso).

A alta do dólar (41%), o abandono da política de estoques reguladores e apoio à agricultura familiar, estão elevando os preços alimentícios que, por sua vez, encarecem a cesta básica da família trabalhadora, corroendo ainda mais sua renda real. E, a partir de janeiro, mesmo sem perspectivas de recuperação do emprego, o Auxílio acabará, deixando na mão quase 60 milhões de brasileiros.

Alberto Handfas

DESEMPREGO ATINGE AINDA MAIS OS JOVENS

Levantamento da FGV aponta que pessoas de 15 a 19 anos foram as que tiveram o maior recuo na renda entre 2015 e 2019, com uma queda de 24%, seguidas por aquelas que tinham entre 20 e 24 anos, cujos rendimentos caíram 11%. Agora, entre o primeiro e o segundo trimestre deste ano, esses grupos perderam 34,2% e 26% da renda, respectivamente.

Isso ocorre porque os jovens são os mais atingidos pelo desemprego. No segundo trimestre, enquanto a taxa de desemprego no País chegou a 13,3%, entre a população de 18 a 24 anos, ela alcançou 29,7%.

AOS BANCOS TEM, AOS POBRES NÃO PODE!

Com o fim do Auxílio Emergencial, o governo fala em lançar o programa "Renda Cidadã" que substituiria o Bolsa Família. Guedes e o mercado financeiro insistem que não se pode ultrapassar o teto de gastos. Por isso querem cortar verbas de outros programas sociais, como o Fundeb (Educação Básica).

Os banqueiros culpam falsamente o endividamento público pela fuga de capitais (alta do dólar e queda na bolsa), e não aceitam um novo Auxílio Emergencial, que custou R\$150 bi, nem mesmo prolongar o pagamento de salários reduzidos por empresas (MP 936), tudo bloqueado pelo Teto de gastos. Mas seguirão recebendo remuneração (Selic) sobre os mais de R\$200 bi que o Banco Central liberará até abril do ano que vem (graças a redução do depósito compulsório dos bancos de 25% a 17%).

É mole?



Bolsonaro dá aval à mineração em terras indígenas

Abertura para exploração ameaça aumentar o extermínio de índios

Durante os devastadores incêndios no Pantanal, provocados pelos latifundiários com objetivo de desmatar extensas áreas e transformá-las em pastagens (ver OT 875), Bolsonaro, em ato contínuo, deu aval para mais um ataque predatório às terras indígenas. Para facilitar o intento dos grandes fazendeiros, encobrir a responsabilidade das queimadas e os assassinatos de indígenas no Pantanal e na Amazônia, comanda uma verdadeira destruição dos serviços de fiscalização.

No mesmo dia em que o ministro do Meio Ambiente, Ricardo Salles, "passou a boiada" com a revogação de resoluções de proteção ambiental em manguezais e restingas, na reunião do Conselho Nacional do Meio Ambiente (Conama), Bolsonaro autoriza a mineração em territórios indígenas. O secretário de Geologia, Mineração e Transformação Mineral, Alexandre Vidigal de Oliveira, deixou

claro que: "trataremos do avanço da mineração em novas áreas (...) como bem retrata o PL 191 — e chegou a hora de enfrentá-lo com seriedade", disse em evento em que Bolsonaro recebeu uma moeda de nióbio. Em entrevista na Rádio Jovem Pan, o vice-presidente, general Mourão, afirmou que: "(...) as reservas minerais [nióbio] da Amazônia são expressivas. E coincidem com as terras indígenas. É uma realidade (...)." A realidade é que esse governo quer entregar toda a exploração dos recursos naturais para os que predam o país e exterminam os indígenas.

Sucateamento

Para tanto, é preciso destruir os serviços de fiscalização e controle. Na mesma entrevista, Mourão reconheceu o sucateamento dos órgãos, como o Ibama e o ICMBio (Instituto Chico Mendes), e atacou novamente o Instituto Nacional de Pesquisas

Espaciais: "O Inpe não está sucateado. Acho que estão muito mais sucateadas as agências de fiscalização, como o Ibama e o ICMBio, que perderam praticamente a metade dos agentes". Mourão dá com a língua nos dentes sobre o que é a política de ataque do seu governo aos serviços públicos. Não há estrutura, equipamentos nem número de servidores adequados e há previsão de mais

cortes no orçamento para 2021. Mas não diz que o Inpe também está sob ataque: como mostrou a Folha de São Paulo (17/8), a Agência Espacial Brasileira decidiu cortar o orçamento de pesquisas, desenvolvimento e pessoal do Inpe para 2021 em 33%. Na prática, as pesquisas científicas do instituto ficarão com recursos zerados para o próximo ano!

Tiago Maciel

FAZENDEIROS DENUNCIADOS PELA POLÍCIA FEDERAL

O Pantanal registrou o maior número mensal de focos de incêndio desde o início da série histórica do Inpe, em 1998. Os incêndios, que já queimaram 3,461 milhões de hectares da região, começaram em quatro fazendas de grande porte no município de Corumbá (MS), segundo investigação da Polícia Federal. As propriedades rurais são as seguintes:

- São Miguel, de Antônio Carlos Leite de Barros, que tem 33.833,32 hectares;
- Bonsucesso, de Ivanildo da Cunha Miranda, que tem 32.147,06 hectares.
- Campo Dania, de Pery Miranda Filho e Dania Tereza Sulzer Miranda, que tem 3.061,67 hectares;
- Califórnia, de Hussein Ghandour Neto, que tem 1.736 hectares.

Brasil, um dos países com menos testagem

Menos de 9% da população fez teste para o coronavírus

Os números de mortes e casos de coronavírus no país são alertados internacionalmente como uma incerteza. A ausência de testes revela o desinteresse desse desgoverno na transparência e no controle da transmissão da doença.

Já são quase 150 mil mortos contabilizados. Entretanto, de acordo com o epidemiologista da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) Jessem Orellana, esse número deve ser muito maior. Isso porque o Brasil é um dos países que menos testa para o coronavírus: menos de 9% da população até agora, de acordo com dados do IBGE. Jessem explica que as mortes devem ser pelo menos 200 mil. Essa contagem adiciona os dados de mortes por Síndrome Respiratória Aguda Grave (SRAG) não especificadas, ou seja, sem diagnóstico.

Trabalhadores dos serviços essenciais até hoje não são testados periodicamente. E a razão disso é clara: não querem dar a eles o tempo de afastamento necessário para evitar a transmissão do vírus.

Exemplos se multiplicam: os frigoríficos no Rio Grande do Sul já citados em edições anteriores; relatos no Hospital São José de Doenças Infecciosas, em Fortaleza, que iniciou teste em massa e com a quantidade de trabalhadores infectados e afastados

suspendeu os testes, dando a justificativa informal de correr o risco de ficar sem enfermagem e médicos para atender; o Laboratório Central (Lacen), em Florianópolis, que também cessou testes programados devido ao grande número de resultados positivos e a falta de política de cobertura de afastados.

SP: marketing e enganação

A realidade é clara, há uma subnotificação e não há interesse do Ministério da Saúde dos Gerais de impedir a cadeia de transmissão. E com propostas populistas, os candidatos utilizam recursos que já deviam ter sido aplicados para fazer campanha, de forma até criminosas. Exemplo é o prefeito Covas (PSDB) em São Paulo, que anuncia pela primeira vez que realizará testagem em massa em educadores e alunos para retornar às aulas, isso após iniciada sua campanha para prefeito. Além de ser testagem única e não periódica, a proposta não é associada a outras medidas necessárias nas escolas e nem tem uma programação (ver box).

E muitas expectativas são alimentadas com a corridas por vacinas, divulgadas como uma promessa de cura e volta à normalidade. Abriu-se para esse fim a possibilidade de

utilizar vacinas abaixo da eficácia recomendada (70%). O governador de São Paulo, João Dória (PSDB), já anunciou a compra de 55 milhões de doses da vacina Coronavac, com uma eficácia prevista de 50 %, do laboratório chinês Sinovac com o Instituto Butantan. E prometeu aplicá-las esse ano. Como?

A ciência tem sua velocidade e o uso da vacina em larga escala ainda será parte do estudo de avaliação de sua eficiência! Não há como associar

essa fase de estudo da vacina com cura ou com volta sem medidas sanitárias. O desenvolvimento da vacina para auxiliar a prevenção é necessário, mas seu amplo uso e sua eficácia ainda serão objeto de estudos.

Para expor a realidade da pandemia no país e exigir as demais medidas de controle, precisamos da aplicação dos testes para diagnóstico. É nisso que devemos concentrar nossas reivindicações no próximo período.

Juliana Salles

COVAS TEM QUE CUMPRIR SUAS TAREFAS

Nas Unidades Escolares do Município de São Paulo, entre as mais de quatro mil, apenas um Centro de Educação Infantil, um convênio privado, votou a favor da retomada de atividades presenciais em outubro. É quase unânime a posição de famílias e de profissionais em educação: querem voltar às aulas presenciais, mas o governo Covas não permite, pois não adotou medidas para a segurança de todos!

Covas visa opor a população aos profissionais em educação, se desresponsabiliza e propaganda que está tudo pronto. Além do problema dos testes, a falsificação ocorre com as obras de adequação: as realizadas eram demandas de 2019 ou anteriores, que em nada mudaram o quadro de segurança sanitária dos espaços escolares.

Os donos de escolas privadas, para salvar seus lucros, querem a retomada das atividades presenciais a todo custo. A tensão serve para atacar os servidores públicos na onda da Reforma Administrativa de Bolsonaro, que visa destruir os serviços públicos.

A disposição demonstrada pela categoria, em conjunto com as comunidades escolares, prova que os trabalhadores escolhem resistir e cobram de Covas a realização das suas tarefas.

Privatização da saúde: farra com dinheiro público

Denúncias e investigações desnudam o resultado da entrega às Organizações Sociais

Organizações Sociais (OSs) na área da saúde são alvo de investigação pela Polícia Federal que cumpriu dezenas de mandatos de busca, apreensão e prisão em São Paulo e Pará.

Mas qual a novidade? A entrega das verbas públicas para as OSs não vem de hoje. Elas se proliferaram pelo país com a anuência criminosa do Superior Tribunal Federal (STF), que as avalizou como constitucional.

A novidade é que com a pandemia, os governos aproveitaram para "passar a boiada", uma verdadeira farra com o dinheiro público. O desvio de verbas públicas é "modus operandi" das OSs.

Pará e São Paulo

A ação atual desencadeada a partir do MPF (Ministério Público Federal) e a CGU (Controladoria Geral da União) teve como alvo 12 contratos realizados de agosto de 2019 até maio de 2020, que chegam a R\$ 1,2 bilhão. Estão envolvidas quatro organizações sociais.

No Pará, entre os presos, estão dois secretários de governo e um ex secretário adjunto da saúde. Não é difícil chegar ao governador Heder Barbalho (MDB), que segundo o MPF "negociava direto com empresários". E tudo feito às pressas por conta da pandemia.

Em São Paulo, o Ministério Público aponta "indícios de esquema de desvio de verba pública por meio da celebração de contratos de gestão entre organizações sociais e o Poder Público". Houve busca e apreensão no gabinete de um vereador, e a Secretaria de Saúde de São Paulo se limita a dizer que "informa ainda que fará um pente-fino em todos os contratos e convênios firmados com as organizações sociais apontadas pelo MP e Polícia Civil e, se detectada qualquer irregularidade, realizará o rompimento dos mesmos". Mas não é o que vemos.

Rio de Janeiro

As denúncias que levaram ao afastamento de Wilson Witzel (PSC) são



exatamente os desvios de recursos da área da saúde, fraudes e superfaturamento em contratos emergenciais, inclusive para construção dos hospitais de campanha que nem foram entregues.

As denúncias de fraudes envolvem, em especial, a Organização Social labas, que atua em vários estados do país.

Agora, a Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro instalou o Tribunal Misto para analisar o impeachment do governador, acusado dos crimes de corrupção, lavagem de dinheiro e

organização criminosa. Mas a questão é que a farra continua, pois continua a entrega dos serviços públicos às Organizações Sociais, aproveitando a pandemia.

Para acabar com essa farra, é preciso o fim das OSs, com a revogação da lei e a reversão dos contratos. E ao mesmo tempo ampliar os serviços públicos, em especial a saúde, para enfrentar a pandemia.

Essa é uma questão que deve ser colocada, com toda força, nas campanhas das candidaturas petistas nestas eleições municipais.

EUA: eleição sob o signo da crise

Qualquer que seja o vencedor, os problemas do imperialismo tendem a se agravar



Debate entre Trump e Biden, expressão televisiva da crise

Faltando cerca de um mês para a eleição, a campanha presidencial nos Estados Unidos ganha impulso. O jornal “The New York Times”, patrocinador do democrata Joe Biden, publicou matéria em 27 de setembro sobre as declarações de rendimentos do presidente Donald Trump, as quais ele sempre se recusou a divulgar, contrariando a tradição estadunidense.

Essas declarações mostram que as suas empresas, de cuja gestão se vangloria como prova de capacidade de conduzir bem os negócios dos EUA, perdem milhões de dólares anualmente. Há também deduções de despesas profissionais cuja legalidade parece duvidosa: 70 mil dólares em despesas de cabeleireiro, centenas de milhares de dólares pagos a sua filha como consultora etc.

O resultado é que Trump não pagou imposto de renda durante

anos. Em 2016 e em 2017 pagou 750 dólares, menos que o estadunidense médio. É anedótico, mas revela a crise na qual o aparelho de Estado dos EUA está mergulhado. Trump foi eleito como expressão dessa crise, e só fez aprofundá-la.

Agora, ameaça usar a Lei da Insurreição de 1807 para reprimir os protestos do Black Lives Matter (Vidas Negras Importam). Essa lei permite ao presidente recorrer ao exército para suprimir um movimento insurrecional.

Golpe de força

Trump ameaça também não reconhecer o resultado da eleição de 3 de novembro se não for vitorioso. Tradicionalmente, o voto por correspondência representa 25% dos votos nas eleições dos EUA e, com as restrições decorrentes da Covid, esse número deve aumentar muito.

Trump está lançando dúvidas sobre a autenticidade dos resultados.

Sua decisão de nomear uma nova juíza reacionária para a Suprema Corte, em meio à campanha presidencial, após a morte de Ruth Bader Ginsburg, equivale a um golpe de força. É apoiado nisso por senadores republicanos, os quais não permitiram que Barack Obama fizesse o mesmo, oito meses antes da eleição de 2016.

Nesse contexto, Biden conquistou o apoio de centenas de diplomatas e militares de alta patente que, nas palavras do “The New York Times”, “teriam apoiado qualquer republicano, desde que não se chamasse Trump”. Em sua carta de apoio, eles escrevem: “O próximo presidente herdará uma nação – e um mundo – em crise”.

É um fato. A pandemia fez explodir a crise econômica, latente desde 2008, com sua procissão de desempregados e despejos (proibidos em sua maioria desde 4 de setembro,

serão retomados para valer em 1º de janeiro). As manifestações Black Lives Matter continuam, e até ganharam força após a notícia de que os policiais que mataram Breonna Taylor não seriam incomodados.

De outro lado, as contramanifestações violentas de grupos brancos radicais aumentam. No âmbito internacional, a guerra comercial com a China causa estragos, enquanto a situação no Oriente Médio continua a agravar-se.

A reeleição de Trump aprofundaria a crise, tanto interna quanto externa. Mas uma vitória de Biden não resolveria em nada os problemas enfrentados pelo imperialismo estadunidense. A luta da classe trabalhadora pela igualdade real entre negros e brancos, por um sistema de saúde universal, por empregos verdadeiros com salários verdadeiros está ocorrendo e continuará após as eleições, qualquer que seja o seu resultado.

Devan Sohier

TRUMP COM COVID

Ligado aos setores industriais do imperialismo estadunidense, Donald Trump minimizou os riscos da pandemia e recusou medidas de precaução, para manter as fábricas abertas. Pois o próprio Trump pegou Covid, assim como boa parte de sua equipe de governo e pelo menos três senadores republicanos. É difícil dizer qual será o efeito disso na campanha eleitoral. O certo é que a Casa Branca tentou inicialmente esconder que o presidente estava doente e, depois, que precisara receber oxigênio. Após ter recebido um coquetel de medicamentos experimentais, ele rapidamente recebeu alta do hospital. Uma encenação para passar a impressão de que está tudo bem, enquanto seu próprio chefe de gabinete deu em *off* informações mais inquietantes.

Eleições municipais no Uruguai

Frente Ampla ganha em Montevideu e obtém mais votos no total do país

Em 27 de setembro, ocorreram as eleições municipais no Uruguai. O país vive uma grave crise, com grande desemprego e ataque às conquistas dos trabalhadores por parte do governo de direita de Lacalle Pou, do Partido Nacional, eleito em 2019 e que aplica uma política de ajuste fiscal em plena pandemia. O governo reduziu em 15% o investimento em setores chaves da economia, com consequências graves que afetam o consumo e os postos de trabalho.

Hoje, estão no seguro desemprego cerca de 140 mil trabalhadores, e, só em Montevideu foram organizadas mais de 240 “panelas populares” aonde as pessoas acorrem. São cerca de 40 mil pessoas que só tem aí para comer.

Neste quadro crítico para o povo e de muita confusão para muitos

setores de trabalhadores, a Frente Ampla (FA) ganhou a prefeitura de Montevideu, onde se concentra o polo industrial do país e vivem 1,4 milhão dos 3,4 milhões de uruguaios. Mas nos departamentos do interior, a FA perdeu dois dos cinco governos que tinha. Perdeu em Paysandu e Rocha e ganhou, além de Montevideu, em Salto e Canelones. Nos três municípios que ganhou, a FA obteve 667.437 votos. O Partido Nacional, da Lacalle Pou, ganhou em 15 municípios com um total de 609.760 votos.

Plano de Emergência

A Frente Ampla se apresentou com três candidatos em Montevideu, que é previsto na lei eleitoral do país, que estabelece que os votos se acumulam para o mais votado.

A candidata eleita foi Carolina Cosse, uma engenheira que esteve à frente da estatal de Telecomunicações (Antel). Durante sua gestão, ela conseguiu posicionar a empresa entre as melhores da América Latina, aportando ao estado cerca de 3500 milhões de dólares, e levou internet a quase todos os lugares.

Carolina Cosse foi apoiada pelos Partido Comunista e pelo Partido Socialista e outros setores menores que integram a FA.

Na campanha, além de levantar o programa da FA, Carolina Cosse apresentou uma proposta de um plano de Emergência. O plano, entre outros pontos, defende a criação de emprego, moradia e saneamento, apoio alimentar e criação de Policlínicas móveis para os bairros mais pobres.

Na campanha, Carolina foi a candidata mais atacada pelo governo em função de sua posição de defesa da Antel como empresa estatal, já que Lacalle Pou pretende privatizá-la em benefício das multinacionais Movistar e Claro. Hoje, a Antel é dirigida por um ex-gerente da Movistar.

No próximo período, deve ser intensificada a atividade dos comitês de base da FA, que foram abandonados por diferentes direções. Atividades que incluem um balanço dos erros cometidos na eleição presidencial de 2019, na qual Daniel Martínez foi o candidato da FA, e também que ajudem a mobilizar para que os prefeitos eleitos pela Frente cumpram o compromisso de atender às demandas populares.

Carlos Rocha, de Montevideu

Seguem as greves e mobilizações na Bielorrússia

Após quatro meses de processo revolucionário, tropas russas foram enviadas ao país

Desde o início da revolução na Bielorrússia, cerca de um milhão de pessoas participaram do processo, o que significa dizer um em cada dez cidadãos da república. Redes de solidariedade, manifestações pacíficas, assembleias, greves na indústria e bloqueios de estradas são os meios utilizados na luta.

Nos últimos dias, os mineiros da empresa Bielorrússia Kaliya declararam-se em greve na troca de turno e não voltaram à superfície. Foram retirados à força pela polícia. Funcionários da central de engenharia eletrotécnica da capital, Minsk, lançaram um apelo ao governo pedindo o fim da violência contra civis e a libertação dos prisioneiros.

Os médicos postaram mensagem de vídeo na qual protestam contra a violência e expressam solidariedade aos trabalhadores que se manifestaram. Os estudantes estão ativamente envolvidos nas atividades, com o apoio dos professores.

Hoje, a revolução na Bielorrússia é espontânea, sem dirigentes. A

opositora Svetlana Tikhonovskaya é apenas uma pessoa nomeada para desempenhar o papel de "líder". É provável que isso seja conveniente para a Rússia e para o Ocidente.

Repressão do Estado

O Estado bonapartista de Aleksandr Lukashenko reagiu duramente às ondas de protestos. Cerca de 12 mil manifestantes foram presos desde maio. O líder dos comitês de greve das grandes fábricas estatais foi preso pela polícia e levado sob custódia.

Os "silovik" (forças policiais – NdT) estão agora operando como em muitos outros países para reprimir manifestações populares. Famílias inteiras e mulheres grávidas foram detidas. Esses policiais atuam geralmente de forma anônima e com o rosto coberto.

A televisão militar bielorrussa relata que divisões aerotransportadas da Rússia foram enviadas para o país, a pretexto de realizar exercícios militares conhecidos como "irmandade

eslava".

A eficácia da revolução e sua vitória dependem da participação maciça dos bielorrussos nas organizações políticas, mas elas estão proibidas há 26 anos. Uma ampla gama de forças políticas apoia a revolução – vão desde o "Mundo Justo" comunista e dos anarco-comunistas aos democratas-cristãos. De outro lado, as forças pró-imperiais (a favor da restauração do Império Russo) e os stalinistas do Partido Comunista da Bielorrússia

apoiam os "silovik" no bloqueio à revolução.

É preciso entender que esses elementos não levarão o povo bielorrusso à vitória ou à resolução de suas tarefas. Isso somente será feito por uma organização dos trabalhadores. Os trabalhadores só serão ajudados pela organização dos trabalhadores!

Correspondente
(da Bielorrússia para o jornal francês "Informations Ouvrières")

FORA LUKASHENKO!

Aleksandr Lukashenko foi reeleito para um sexto mandato presidencial em 9 de agosto, numa eleição considerada fraudulenta. Logo que começaram a ser divulgados os resultados eleitorais oficiais, a população saiu às ruas e iniciou grandes protestos de massa, com o apoio dos sindicatos, que organizaram greves em várias empresas importantes do país. A palavra de ordem que une os manifestantes pode ser resumida em: "fora Lukashenko!". A rigor, desde antes da eleição ocorriam mobilizações, as quais se intensificaram desde então. Diferentemente do que ocorreu em 2004 na vizinha Ucrânia ("revolução laranja"), não se trata de um movimento instrumentalizado pelo imperialismo dos EUA contra um governo local. O que domina a situação é o fato de a classe operária ter entrado em ação.

Prepara-se um Encontro Europeu de Trabalhadores

Para defender os povos enquanto governos engajam conflitos militares

A organização grega Nova Esquerda pela Libertação Comunista (NAR) lançou um convite pela realização de um Encontro Europeu "de discussão programática e por iniciativas de ação comum reunindo forças comunistas, anticapitalistas, anti-imperialistas".

O convite foi redistribuído às organizações militantes de 19 países que compõem o Comitê Europeu de Correspondência, constituído em maio de 2019, numa Conferência que constatou que "nunca como agora a sorte da classe operária europeia esteve tão estreitamente ligada. Em todos os países os mesmos planos de destruição são aplicados: desregulamentação do trabalho, desmonte dos sistemas de saúde, da previdência social, das aposentadorias...".

Adotadas antes da pandemia, essas palavras, mais de um ano depois, são de uma atualidade gritante.

Respostas positivas

No seu convite, lançado em julho de 2020, a NAR, por seu lado, afirma que "a pandemia tem fatores muito profundos. A tendência do capitalismo totalitário atual surge como

uma transição rápida e violenta para uma forma moderna de capitalismo autoritário, que combinará o aumento da exploração do trabalho com a liquidação das liberdades políticas, imporá abertamente a vigilância digital e intensificará os antagonismos internacionais e os conflitos militares. Essa reação não é uma resposta à pandemia ou à crise sanitária, mas sim à profunda crise estrutural do capitalismo."

Respostas positivas de inúmeros países (como França, Espanha e Portugal, entre outros) ao chamado já estão circulando visando à preparação do Encontro. Ao mesmo tempo, em 5 de setembro, a NAR (Grécia) e o Partido do Trabalho da Turquia (EMER) divulgaram uma importante declaração conjunta opondo-se firmemente à escalada militar promovida pelos governos dos dois países que ameaçam jogar os povos numa guerra fratricida.

As duas organizações exprimem sua vontade de lutar pela paz e pela solidariedade entre os povos, contra a guerra e o desastre ambiental. Lutar contra a política de sua burguesia e do seu governo, e também contra os

planos dos centros imperialistas.

A NAR e o EMER rejeitam a "pilhagem capitalista de áreas marítimas por meio de zonas econômicas exclusivas" e não querem "nenhuma exploração dos recursos naturais pelas multinacionais nas águas

internacionais fronteiriças à Turquia e à Grécia". E condenam "toda mudança ou ameaça de mudança das fronteiras marítimas ou terrestres entre os dois países".

Correspondente



Sindicalistas que dirigem a campanha contra as Administradoras de fundos de Pensão (AFPs) fazem campanha pelo "apruebo", o sim no plebiscito que ocorre dia 25 de outubro. A Constituição em vigor no Chile vem da época da ditadura de Pinochet. Com a explosão de 18 de outubro de 2019 e em particular depois da greve geral de 12 de novembro, o governo Piñera, para tentar conter a mobilização, fez um acordo, que incluiu partidos de oposição, que prevê o plebiscito. Nele os chilenos vão responder se querem ou não uma nova Constituição e em que instância será definida, se uma convenção mista 50% dos atuais congressistas mais 50% de novos eleitos ou com 100% de deputados eleitos para este fim. Na campanha pelo "apruebo" a coordenação nacional da campanha "No+AFP", defende que seja através de uma Assembleia Constituinte Soberana, com 100% de deputados eleitos para a Constituinte. No último dia 5, os chilenos saíram às ruas para comemorar os 32 anos da derrota de Pinochet no plebiscito no qual o Não à sua continuidade no poder ganhou. As manifestações foram fortemente reprimidas pelos carabineiros. Para o plebiscito de 25 de outubro as pesquisas indicam vitória do "apruebo".

Indignação em Madrid contra confinamento anti-trabalhador

Governo regional de direita decreta novo lockdown provocando reação popular



Manifestação em 22 de setembro. Manifestantes pedem a saída da presidente regional Isabel Diaz Ayuso

Em 18 de setembro, o governo regional de Madrid (capital da Espanha) anunciou a entrada em vigor de um novo confinamento em 37 distritos e cidades da região (ver box). Ao anunciá-las, a presidente regional, Isabel Diaz Ayuso, usou termos ofensivos contra os trabalhadores que vivem nas áreas afetadas por essa medida, e também contra jovens e imigrantes, muitos dos quais obrigados a viver em condições insalubres.

A resposta popular foi imediata. No próprio dia 18 (uma sexta-feira) ocorreu uma manifestação espontânea na Puerta del Sol (centro de Madrid), chamando esse novo confinamento de medida de "segregação racial". No dia seguinte (sábado), foram organizadas manifestações no mesmo sentido.

Já no dia 24, na maioria dos subúrbios operários e populares de Madrid, milhares de pessoas reuniram-se

diante dos centros públicos de atenção primária à saúde, exigindo que, finalmente, sejam disponibilizados todos os meios para tratar os doentes.

Isso porque, desde o início da epidemia, nenhuma medida substancial foi tomada, nem em Madrid, nem em qualquer outro lugar, para reforçar a rede sanitária. Hoje a Espanha é o penúltimo país europeu em gastos com a saúde.

Enquanto isso, o governo despejou bilhões de euros no chamado plano de recuperação em vários setores econômicos. Durante seis meses, mais de três milhões de trabalhadores foram lançados ao desemprego parcial, custeado pelo Estado.

"Somos trabalhadores, não prisioneiros!"

Era uma das palavras de ordem escutadas nas manifestações de Madrid. A situação na região esteve a ponto

de converter-se numa explosão social generalizada.

Imediatamente, o governo central de "esquerda" (PSOE e Podemos) encabeçado por Pedro Sanchez correu para ajudar o governo regional de direita, deslocando novos policiais e propondo o envio de 7.500 soldados.

Não era exatamente o que os manifestantes estavam pedindo. Pelo contrário, uma das palavras de ordem mais gritadas tem sido: "Mais saúde, menos polícia!"

Junto com o governo central, os dirigentes dos principais partidos de "esquerda" e das centrais sindicais convocaram uma manifestação em apoio ao plano do governo regional. Poucos dias depois, a convocatória foi "cancelada" e reduzida a cinco atos simbólicos limitados a 50

pessoas, sob o pretexto da pandemia. Surpreendidos e atropelados pelo movimento, esses dirigentes vieram em socorro ao acordo firmado entre o governo Sanchez e o governo regional sobre um plano comum, dito de combate à pandemia, mas que na verdade foi feito manter "a lei e a ordem" na região.

A situação em outras regiões do país não é melhor, mas uma revolta social em Madrid trazia o risco de espalhar-se por todas elas.

Apesar da pandemia, a luta de classes está encontrando seu caminho e, como escreveu um jornalista do La Vanguardia (jornal de Barcelona) em 22 de setembro, "o vírus desmentiu a alegação de que ele não faria distinção de classe".

Correspondente

REFERÊNCIAS SOBRE O ESTADO ESPANHOL

A Estado Espanhol está dividido em 17 regiões autônomas que possuem competência absoluta nas áreas da saúde, educação, transportes e outros serviços. Uma delas é a região de Madrid (capital e cidades ao seu redor). As 37 zonas afetadas pelo re-confinamento correspondem aos distritos e às cidades mais pobres da região madrilenha

Quando o "estado de alarme" foi declarado em 14 de março pelo o governo central, este retomou alguns poderes descentralizados, em particular aqueles ligados à saúde. Após 99 dias de confinamento, no final de junho, o governo central suspendeu o "estado de alarme", devolvendo esses poderes às regiões.

Assim, o governo regional de Madrid, integrado por forças franquistas e de direita (PP e Ciudadanos), com o apoio do Vox de extrema-direita, recuperou a competência para adotar medidas de combate à pandemia. O re-confinamento foi adotado pelo governo regional, sem necessidade de consulta ao governo central, tal como previsto nas disposições institucionais.

Calendário 2021 de O Trabalho já está na praça!



Como já se tornou uma tradição, nessa época do ano nossos leitores, simpatizantes e todos e todas que reconhecem o trabalho

de nossa corrente, o que, para nós, é uma condição para a sua independência política.

O tema do Calendário 2021 é

de nossa corrente política, ainda que não concordem integralmente com nossas posições, terão à sua disposição o Calendário 2021 da Corrente O Trabalho do PT (seção brasileira da 4ª Internacional).

Sobre a base da venda do Calendário, buscamos assegurar a independência financeira

"Socialismo ou Barbárie". Frase histórica da revolucionária Rosa de Luxemburgo proferida em 1915, que ganha contornos dramáticos nos dias atuais.

A profunda crise do sistema capitalista mundial, que já abalava os mercados e os governos a seu serviço em meados de 2019 (pior que a de 2008, dizia o FMI em agosto), é acelerada e demonstra a falência desse sistema com o aparecimento da pandemia da Covid-19 no início de 2020.

Aos mais de um milhão mortos e muitos outros milhões de contaminados, vem somar-se uma recessão econômica que desorganiza setores inteiros da economia, explosão do desemprego, enquanto as grandes corporações capitalistas e os

governos que servem a elas, aproveitaram a situação para "passar a boiada" com medidas de redução de salários e direitos sociais e trabalhistas, buscando precarizar e pulverizar a força de trabalho para aumentar a exploração. Mas, mesmo em meio à pandemia e as dificuldades impostas aos trabalhadores e povos, a resistência, que também já vinha de antes (Argélia, Iraque, Líbano, Chile), se expressa, como ocorreu nos EUA ("vidas negras importam"), na heroica resistência do povo palestino e em outros quadrantes do mundo.

Contribua com a campanha financeira da Corrente O Trabalho adquirindo o seu exemplar do Calendário 2021 "Socialismo ou Barbárie" com nossos militantes.